

Helena Carreiras

Ministra da Defesa Nacional

Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião da Sessão Solene Comemorativa do 49º Aniversário da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Lisboa, Sede Nacional da ADFA, 17 de maio de 2023

Vocativos

É com um profundo sentido de gratidão que presido a esta Sessão Solene. Parabéns à ADFA pelo seu 49º Aniversário. O que aqui hoje celebramos é, sobretudo, o contributo vital que esta organização do Portugal democrático tem prestado aos homens e mulheres que serviram abnegadamente o país, com grandes custos para a sua saúde, para garantir a segurança e a liberdade dos portugueses.

As minhas primeiras palavras de apreço dirigem-se, por isso, a todos os Deficientes Militares, bem como às suas famílias.

Continuar o trabalho de dignificação e apoio aos Deficientes das Forças Armadas, antigos combatentes e respetivas famílias, é, como sabem, um objetivo prioritário do Governo.

Permitam-me expressar a importância fundamental da articulação e do diálogo com Associações como a ADFA, por forma a que haja um permanente entendimento por parte do Estado sobre quais as reais necessidades e sobre como encontrar as respostas adequadas para os Deficientes Militares.

Nesse sentido, destaco a realização das várias reuniões de trabalho que temos tido com a ADFA, eu e o Senhor Secretário de Estado, bem como o recente encontro que tive com a delegação local desta Associação no âmbito do Governo + Próximo, em Castelo Branco.

Recordo ainda a visita que fiz à delegação da AFDA do Porto, em julho do ano passado, na qual tive a oportunidade de visitar o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia. Embora se tenha posteriormente autonomizado, este projeto nasceu graças à ADFA

Porto, constituindo um bom exemplo da forma de estar da ADFA – sempre em prol da sociedade.

Em todas estas ocasiões tenho ouvido com toda a atenção as vossas preocupações e anseios, às quais a Defesa Nacional tem procurado responder, na medida do possível.

Com efeito, as políticas dirigidas aos Deficientes Militares são indissociáveis do dinamismo e da presença cidadã ativa da ADFA, marcados pelas várias condecorações que recebeu e pelo reconhecimento de vários Presidentes da República ao longo dos anos.

Mais recentemente, tive a oportunidade de manifestar o compromisso do Ministério da Defesa Nacional com apoio técnico à criação do Arquivo histórico e documental desta Associação.

Esta iniciativa reforça a importância vital de assegurarmos que a memória histórica coletiva não se perde e se mantém viva. Foi essa uma das razões pelas quais também a indicámos à Comissão de Comemorações dos 50 anos do 25 de abril, de forma a fazer coincidir o programa oficial de celebrações com as comemorações dos 50 anos da própria ADFA, criada a 14 de maio de 1974.

O Governo e a Defesa Nacional têm encetado esforços no sentido de melhorar o apoio prestado à ADFA e à sua ação imprescindível de apoio aos Deficientes das Forças Armadas.

Em 2022, prestámos apoio a mais de 1.500 pessoas através do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares, que visa promover a saúde, qualidade de vida, autonomia e o envelhecimento bem-sucedido dos Deficientes Militares,

prevenindo a dependência, a precaridade, o isolamento e a exclusão.

Igualmente para este efeito, no Orçamento do Estado para 2023, o Governo voltou a assegurar a isenção de cativações das verbas do Instituto de Ação Social das Forças Armadas dedicadas aos dispositivos médicos e a produtos de apoio.

Ainda neste âmbito, foi reativado o Grupo de Trabalho que avançou com a proposta de portaria que cria o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio a Deficientes Militares – o SAPADM –, que reforçará o Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares. Neste momento o meu Gabinete e o Ministério das Finanças estão a trabalhar conjuntamente no sentido de a poder aprovar.

Esta medida contemplará mecanismos que permitam racionalizar de forma mais eficaz os meios envolvidos no fornecimento, sem, no entanto, limitar os direitos e os benefícios dos Deficientes Militares. Trata-se de um sistema que coloca os Deficientes Militares no centro das suas preocupações e que facilita, agiliza e permite um maior controlo sobre os procedimentos.

Como parte integrante do SAPADM, está a ser criado um novo Sistema de Informação que permitirá acompanhar e monitorizar todo este processo, bem como detetar antecipadamente constrangimentos e sinalizar sempre que haja casos de atrasos no fornecimento dos produtos de apoio.

Importa também mencionar que a questão da qualificação dos Deficientes das Forças Armadas permanece um desígnio primordial do Estado e da Defesa Nacional, que procuram dedicar-

lhe a máxima prioridade. Reconheço a dificuldade e morosidade que estes processos ainda acarretam, mas a Defesa Nacional permanece plenamente empenhada na mitigação e redução dos constrangimentos verificados. Nesse sentido, a Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional desenvolveu um plano para garantir, até ao final de 2023, a instrução mais rápida dos processos, de modo a promover a qualificação com a maior celeridade possível àqueles que dela deverão beneficiar.

Minhas senhoras e meus senhores,

Associações como a ADFA dão voz aos Deficientes das Forças Armadas por todo o país, proporcionando-lhes um apoio imprescindível.

Esta homenagem que hoje prestamos aos Deficientes das Forças Armadas e à ADFA constitui uma responsabilidade e um dever do Estado e da Defesa Nacional, assim como de toda a sociedade portuguesa, pelos sacrifícios destes homens e mulheres que serviram a pátria de modo abnegado e altruísta.

Trata-se de uma ocasião solene que mantém viva a memória histórica coletiva que nos caracteriza e fortalece enquanto nação.

Contudo, o regresso da guerra à Europa recorda-nos que este tema não pertence apenas à memória histórica. Por isso, endereço também uma palavra especial aos militares que participam atualmente em missões e operações em território nacional e por todo o mundo, no flanco leste da NATO e mais a sul, onde também se joga o futuro coletivo da Europa.

Existe a necessidade de um investimento contínuo na Defesa Nacional de que é exemplo a maior proposta de Lei de Programação Militar de sempre, atualmente em discussão na Assembleia da República e já aprovada na generalidade. Esta proposta de LPM tem precisamente o objetivo de garantir que as nossas Forças Armadas e os nossos militares tenham acesso a condições mais adequadas para cumprirem as suas missões com a devida proteção e segurança. Porque aqueles que servem Portugal merecem o nosso maior apreço e consideração.

Minhas senhoras e meus senhores,

Os deficientes das Forças Armadas são fundamentais para a salvaguarda da memória histórica coletiva e elementos essenciais no reforço da cidadania, do Estado de Direito e da construção da Paz. É por isso fundamental garantir que têm as melhores

condições e o melhor apoio possíveis, e que continuem a ser devidamente dignificados e valorizados por todos nós não só em momentos como este, mas permanentemente.

Muito obrigada.